

Sarney vai tirar Raphael para segurar o PFL

Villas-Bôas Corrêa

O presidente José Sarney admitiu, em pelos menos três conversas com ministros e dirigentes do PFL, que a posição do ministro da Previdência Social, Raphael de Almeida Magalhães, ficou insustentável. Não há mais possibilidade de convivência, no governo, entre Raphael e ministros signatários da dura nota do PFL, de denúncias de corrupção na Previdência.

Por outro lado, no PFL é pacífica e consensual a decisão de que, ficando Raphael no ministério, não há como impedir que o partido rompa com o governo, arrastando os ministros.

O incidente envolvendo o ministro da Previdência Social e o PFL está se constituindo num dos embaraços ou condicionantes a mais da reforma ministerial.

Cinco ministros — É possível que, daqui para a próxima semana, Sarney reexamine critérios e refaça esquemas. Mas, até ontem, o que parecia a firme determinação do presidente era executar o seu roteiro de recomposição do governo, iniciando as articulações para trocar, no mínimo, cinco a seis ministros, logo depois do pronunciamento ao país, em rede nacional de rádio e televisão, anunciando o programa para a transição democrática.

Sarney, afinal, tem pressa. Sabe que não deve retardar a troca de ministros para não ser atropelado pela mobilização paralela dos interessados. De saída, o presidente enfrenta um problema de prazo: o ministro demissionário da Educação, Jorge Bornhausen, dispõe-se a esperar no seu gabinete, de braços cruzados e gavetas vazias, a nomeação do substituto até o fim da semana. Mais não dá para aguardar. Afinal, Bornhausen já recebeu a carta do presidente, generosa na adjetivação, conformando-se com seu pedido de demissão, de resto, irrevogável.

Ora, para encaminhar a reforma do governo, Sarney necessita definir, em confirmação pública, se pretende conservar os ministros do PFL. Dos cinco, Bornhausen é carta fora do baralho e três devem ficar, desde que asseguradas as condições políticas: o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães; o do Exterior, Abreu Sodré, e o do Interior, João Alves Filho. Quanto ao ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, à margem da sua solidariedade ao partido, a decisão de sair ou ficar terá um cunho muito pessoal.

Ulysses — Mas, para amortecer a queda de Raphael, Sarney terá que adotar medidas cautelosas. Afinal, não é do estilo do presidente demitir um ministro acusado pelo PFL de envolvimento em corrupção. E, além do mais, do círculo de amigos mais chegados ao presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães.

Estas circunstâncias obrigam a ampliação da reforma. Saído só ou com reduzida companhia, Raphael ficaria exposto à maledicência; num grupo mais amplo, as estranhezas se diluiriam.

Ora, se o presidente tem pressa e prazo curto, a próxima semana promete ser intensa e nervosa. As articulações não se esgotam na reforma parcial, embora ampla, do ministério.

Falta o PMDB — Há decisões políticas que estão sendo amadurecidas. Sarney não pretende incluir no texto do documento de redefinição da base política do governo o compromisso de apoio ao presidencialismo. Mas todo o esforço de reorganização do governo orienta-se para alcançar imediatos objetivos políticos. Sarney pretende lutar, num primeiro tempo, pela manutenção do presidencialismo. Se for derrotado, a composição com os parlamentaristas respeitará o seu mandato de cinco anos com os poderes presidencialistas.

Uma fórmula de acordo que está sendo examinada sugere que a Constituição, nas Disposições Transitórias, estabeleça que durante dez anos não serão admitidas emendas propondo a mudança do sistema de governo. Seria a maneira de pacificar os parlamentaristas, garantindo prazo para a consolidação do regime.

As preliminares da reforma ministerial, examinadas nas conversas iniciais de Sarney com ministros e dirigentes do PFL, serão levadas, na segunda fase, ao exame do PMDB.

Então, malgrado a liberdade que o presidente reivindica para reorganizar o governo sem submeter-se a exigências de partidos, é possível que o peso do maior partido mude o rumo da inclinação de Sarney.



Raphael: insustentável



Aureliano: sai se quiser

Previdência abre flanco a pefelistas

O ministro Raphael de Almeida Magalhães foi o flanco vulnerável que o PFL escolheu para executar a estratégia de obrigar o PMDB a ceder parte das posições conquistadas no governo. As ações de fustigamento começaram com queixas pela preterição de apadrinhados de parlamentares pefelistas, nas nomeações para delegacias do Inamps e Funrural.

A partir da denúncia de que o ministro da Previdência comprara, sem concorrência pública, em Brasília, um lote de 328 apartamentos para funcionários, pagando CZ\$ 3 milhões por imóveis que quatro meses antes estavam cotados em CZ\$ 800 mil, o PFL passou a jogar pesado. Há cerca de dois

meses, Raphael foi acusado de ter pago oito vezes mais o valor de mercado, pelo prédio que sediará a Dataprev, no Rio.

No início da semana passada, quando o senador Jorge Bornhausen esteve no Palácio do Planalto para dizer a Sarney que na sexta-feira pediria demissão irrevogável do Ministério da Educação, Bornhausen acusou Raphael de ter jurado fidelidade ao presidencialismo na frente de Sarney, enquanto por trás tramava com o PMDB a manutenção do parlamentarismo no substitutivo do relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral.

Há três dias, Raphael reagiu chamando o presidente do PFL, senador Marco Maciel, de "estadista do Funrural" — alusão à voracidade com que o parlamentar pernambucano se lança na disputa de cargos. A executiva pefelista, em nota, voltou a acusar o ministro da Previdência de irregularidades, acrescentando às denúncias anteriores a aquisição de 500 ambulâncias sem concorrência.

Prefeitos apóiam ministro

A Associação Brasileira dos Prefeitos das Capitais, em nota assinada pelo seu presidente, Jarbas Vasconcelos (Recife), manifestou "total apoio" ao ministro da Previdência Social, Raphael de Almeida Magalhães, cuja demissão está sendo pleiteada pela direção nacional do PFL, como única fórmula de o partido, formado de uma dissidência do PDS, continuar a emprestar apoio político ao presidente José Sarney.

O documento da Associação Brasileira dos Prefeitos das Capitais sustenta que Raphael materializou "um inequívoco compromisso com o desenvolvimento das políticas sociais reclamadas pela sociedade". Dos 64 prefeitos fluminenses, em um movimento coordenado pelo chefe do executivo de Petrópolis, Paulo Rattes, 60 firmaram manifesto em que defendem a permanência do ministro da Previdência Social em uma futura reforma do staff do governo federal.

Audiência — Rattes, que foi um dos coordenadores da campanha de Moreira Franco ao governo do Estado do Rio, dentro do PMDB — condição que o levou a entrar em atritos constantes com Raphael, que apoiava a candidatura do senador Nelson Carneiro —, acertou com o prefeito de Caxias, Juberlan de Oliveira, do PDT, a solicitação de uma audiência a Sarney. Os dois querem levar todos os 60 signatários do manifesto de apoio a Raphael à presença do presidente para defender a permanência do ministro.

A maioria dos prefeitos, segundo Juberlan, acha que "é muito melhor para o Estado do Rio ter um representante em ministério importante, como o da Previdência Social, do que ficar na dependência das boas graças de um ministro de fora". O prefeito de Caxias disse que o fato de pertencer ao PMDB e de sustentar, de maneira intransigente, a candidatura de Leonel Brizola à Presidência da

República, não o inibe de apoiar a permanência de um ministro pemedebista:

- Eu tenho um bom motivo para justificar essa posição. Há 20 anos meu município estava abandonado pelas autoridades de saúde e previdência social. O setor mais problemático no município é justamente o da saúde, como tem sido amplamente divulgado. Desde a minha posse venho tentando obter recursos para melhorar o setor, sem resultado. Só agora, graças à sensibilidade do ministro Raphael de Almeida Magalhães, a prefeitura está prestes a receber Cz\$ 20 milhões, destinados a uma completa reforma do principal hospital da cidade, o Pronto Socorro Municipal Duque de Caxias, desativado há três meses por absoluta falta de condições de funcionamento.

No tocante à assistência social, Juberlan destacou que a linha de ação de Raphael é a que o programa do PDT consagra: "Contra os privilégios das casas de saúde e hospitais da rede privada". Rattes considera encerrada a sua briga com Raphael, desde o fim da campanha eleitoral, e explica: "No ardor das lutas políticas é comum a divisão de tendências dentro de partidos grandes como o PMDB. Encerradas as batalhas, no entanto, tudo se harmoniza. O ministro da Previdência é um grande quadro do PMDB fluminense e eu, na condição de seu companheiro de partido e de prefeito, não aceito sua demissão a pedido do PFL".

Para o prefeito de Campos, José Carlos Vieira Barbosa, o Zezé Barbosa, seria um absurdo "o presidente da República demitir um dos ministros mais eficientes do governo para atender à gula do PFL por cargos públicos". Zezé confirmou que está pronto, ao lado dos demais prefeitos do Estado do Rio, para ir a Brasília dizer que Raphael não pode sair.

Presidente condena conchavos políticos

"É hora de acabar com os conchavos políticos, com as baixas práticas administrativas", advertiu o presidente José Sarney no programa semanal *Conversa ao Pé do Rádio*, quando anunciou para a próxima semana o pronunciamento em que lançará as bases do pacto que substituirá a Aliança Democrática. Sarney pediu o apoio da população e garantiu que passará a atuar "fora da politicagem e da pressão fisiológica". E ressaltou: "Quero liberdade para tomar decisões".

"Na próxima semana irei comunicar à nação uma nova etapa do governo. Sabemos que a Aliança Democrática esgotou-se. Agora nos meus ombros pesa a responsabilidade pelo término da transição democrática, e eu vou cumprir o meu dever. Fazer um governo que assegure uma maioria leal, sem tergiversação e em condições para fazer o programa que o Brasil deseja, desenvolvimento e trabalho", disse o presidente.

Sarney declarou que está "confiante na disposição com que deputados e senadores estão se reunindo para formar uma maioria parlamentar de sustentação política do governo". Deixou claro que não abrirá mão do mandato de cinco anos, ao assinalar que as mudanças políticas são "destinadas a dotar o governo de apoio político estável e efetivo para trabalhar melhor pelo nosso povo nestes próximos dois anos".

Defesa do mandato de 5 anos é irredutível

O presidente José Sarney está "irredutível" na defesa do presidencialismo e do mandato de cinco anos, informou o governador do Paraná, Álvaro Dias, após audiência no Palácio do Planalto. Ele foi chamado ali para conhecer o esboço do documento que o presidente apresentará na próxima semana como base do novo pacto político de sustentação de seu governo. Dias acrescentou que esses dois pontos poderão ser incluídos no documento.

O governador antecipou que subscreverá o documento "porque é compatível com o programa do PMDB" - e que o presidente, em seu pronunciamento, não apenas defenderá o presidencialismo e os cinco anos de mandato, como também ressaltará sua disposição de "constituir uma equipe sem pressões indevidas". De acordo com o governador, Sarney chegou à conclusão de que o modelo adotado atualmente pelo governo "chegou à exaustão", e que não mais poderá permitir que haja "proprietários" de ministérios.

A reforma ministerial virá, segundo o presidente disse a Álvaro Dias, como consequência do novo pacto político, que será apresentado "a todos os partidos, a todas as lideranças partidárias". Na conversa, Sarney voltou a pedir a colaboração do governador junto à Constituinte. "O presidente considera fundamental que a Constituinte termine seu trabalho até o fim do ano", disse Dias, lembrando que muitos setores estão em compasso de espera, o que, na opinião do presidente, não é bom para a economia nacional.

Cardoso diz que Minas terá dois ministérios



Newton Cardoso

BELO HORIZONTE — Bem humorado e afirmando ter voltado de Brasília com o "avião cheio de dinheiro" para obras em Minas, o governador Newton Cardoso disse ontem que o PMDB mineiro terá "no momento certo", os ministérios da Indústria e Comércio — cujo titular, José Hugo Castelo Branco, colocou o cargo à disposição — e da Educação.

Cardoso, que por várias vezes já recomendou ao PFL ter "vergonha na cara" em relação à disputa por cargos federais, voltou de Brasília com um novo tom, cauteloso e moderado, em seu discurso: o PMDB deve dar apoio incondicional ao presidente Sarney, mesmo que ele mantenha os ministros do PFL, disse. No caso de Minas, ele quer apoio mesmo que Aureliano Chaves, seu principal adversário no estado, permaneça no Ministério das Minas e Energia.

Para o governador de Minas, o novo pacto político que será apresentado nos próximos dias, em cadeia nacional de rádio e TV, pelo presidente Sarney, terá de contar com o apoio maciço do PMDB. "Nesse documento à nação, ele vai identificar valores, apoios ao seu governo. E, evidentemente, o PMDB deve assumir esse documento. Se não assumir, o presidente pretende buscar apoios em outros partidos".

Simon identifica o PMDB no documento

PORTO ALEGRE — O governador Pedro Simon garantiu que o documento a ser apresentado segunda-feira pelo presidente José Sarney, para substituir a Aliança Democrática, identifica-se com as propostas do PMDB, a quem deverá ser submetido. Segundo Simon, o PMDB "tem a obrigação de ficar no governo, mesmo com o desgaste criado", e ele defendeu também a permanência do PFL, embora haja "tendências contrárias no partido, que deseja tornar-se uma oposição efetiva".

Ao chegar de Brasília, onde manteve contatos políticos por dois dias, como vice-presidente nacional do PMDB, Pedro Simon pregou a necessidade de "um esforço para a aprovação de uma Constituição progressista, para o que são necessárias concessões".

O governador prevê que 1988 será um ano difícil e, por isso, "o parlamentarismo adotado de forma abrupta poderá não ser absorvido pela sociedade".

Magalhães acha que só oposição salva o PFL



Magalhães

RECIFE — O ex-governador Roberto Magalhães, que divide com o senador Marco Maciel a liderança do PFL no estado, disse que o seu partido "corre o risco de ser escorraçado do poder e passar por uma humilhação sem tamanho" se não decidir ingressar logo na oposição ao presidente Sarney. Para ele, não é viável a convivência de PMDB e PFL como partidos de sustentação do presidente. Para ele, esse novo pacto significaria hoje "o casamento do jacaré com a cobra-d'água".

Magalhães acha que a transição política parece "interminável", e condena os que vem contribuindo para "a criação e continuidade de um processo político artificial, com a permanente marginalização do povo brasileiro no tocante a sua legítima aspiração de eleger o presidente da República". "Até parece que deixamos de ser o país do futuro para ser o país da transição", disse. Magalhães culpou o presidente da República de contribuir para essa situação ao desejar ficar no cargo mais de quatro anos.

O ex-governador vinha evitando falar sobre o quadro político, como revelou a amigos, "para não atraparalhar o senador Marco Maciel", mas ontem resolveu se pronunciar. Ele está em contato permanente com Maciel e Aureliano Chaves. Lembrou que desde a campanha eleitoral vinha defendendo a ida do partido para a